



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

MARIA CLÉA DA CUNHA ROSA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS
ESCOLAS**

SÃO CRISTOVÃO-SE

2022

MARIA CLÉA DA CUNHA ROSA

**PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NAS
ESCOLAS**

Monografia apresentada à disciplina de Pesquisa em Ensino de Ciências e Biologia II, como requisito para obtenção do grau de licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Sergipe.

ORIENTADORA: Profa. Sindiany Suelen Caduda dos Santos

São Cristovão-SE
2022

A minha formação como profissional não poderia ter sido concretizada sem a ajuda dos meus filhos, Andresa, André e o Matheus. No decorrer da minha vida, proporcionaram-me, além de extenso carinho e amor, os conhecimentos da paciência, da perseverança e de procurar sempre em Deus a força maior para o meu desenvolvimento como ser humano. Por essa razão, gostaria de dedicar e reconhecer aos meus filhos, minha imensa gratidão e amor eterno.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela constante presença em minha vida, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudo.

Aos meus familiares que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

À minha orientadora, Profa. Dra. Sindiany Suelen Caduda dos Santos, pelo exemplo de profissionalismo, competência e dedicação, por todos os conselhos, pela ajuda e pela paciência, durante a orientação deste trabalho.

A todos os professores do Departamento em Ciências Biológicas da UFS, pelos ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso.

Ao Centro de Educação Superior a Distância (CESAD), enquanto instituição que deu suporte necessário para essa formação e aos profissionais envolvidos na construção dessa modalidade de ensino.

Aos meus colegas de curso, em especial a turma do pólo de Japaratuba, com quem convivi intensamente durante todos esses anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formanda.

Enfim, agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o número de crianças e adolescentes com obesidade está aumentando cada vez mais. Diante disso, esta pesquisa aborda a temática alimentação saudável no contexto escolar e parte da seguinte questão de pesquisa: de que maneira as práticas educativas executadas por professores da educação básica, entre os anos de 2017 a 2021, têm estimulado a promoção de hábitos alimentares saudáveis entre os jovens? O objetivo deste estudo foi investigar as práticas educativas executadas nas escolas por professores, entre os anos de 2017 a 2021, voltadas para a promoção de hábitos alimentares saudáveis entre os jovens. Trata-se de uma revisão sistemática, utilizando as bases de dados Lilacs, *SciELO* e Periódicos da CAPES, a partir dos seguintes descritores: “políticas públicas de alimentação na escola”; “práticas educativas sobre alimentação na escola” e “papel do professor na alimentação saudável”. Esta revisão foi realizada em seis etapas: definição da questão de pesquisa, amostragem na literatura, seleção e categorização dos textos encontrados, avaliação dos estudos incluídos na revisão, interpretação e apresentação dos resultados. Sete estudos compuseram a amostra e foram catalogados e identificados por título, autor, periódico, ano de publicação, prática educativa trabalhada e considerações. Na interpretação dos resultados, foi feita uma análise crítica dos estudos incluídos, realizando uma discussão dos resultados à luz da literatura científica. Verificou-se que os artigos selecionados apontaram a existência de práticas educativas abordando a temática alimentação saudável, na maioria delas a horta escolar e oficina culinária. Diante dos resultados, foi possível concluir que as práticas educativas de alimentação saudável na escola colaboram para a mudança de comportamentos e formação de novas atitudes para a construção de hábitos alimentares mais adequados.

Palavras-chaves: Ensino de Ciências. Educação Alimentar e Nutricional. Práticas Alimentares.

ABSTRACT

According to the World Health Organization, the number of children and adolescents with obesity is increasing. Therefore, this research addresses the theme healthy eating in the school context and starts from the following research question: how the educational practices carried out by teachers of basic education, between the years 2017 to 2021, have stimulated the promotion of healthy eating habits among young people? The objective of this study was to investigate the educational practices carried out in schools by teachers, between 2017 and 2021, aimed at promoting healthy eating habits among young people. This is a systematic review, using the Lilacs, SciELO and CAPES Periodicals databases, based on the following descriptors: “public policies for food at school”; “educational practices on food at school” and “the teacher's role in healthy eating”. This review was carried out in six stages: definition of the research question, sampling in the literature, selection and categorization of the texts found, evaluation of the studies included in the review, interpretation and presentation of the results. Seven studies composed the sample and were cataloged and identified by title, author, journal, year of publication, educational practice and considerations. In interpreting the results, a critical analysis of the included studies was carried out, carrying out a discussion of the results in the light of the scientific literature. It was found that the selected articles pointed to the existence of educational practices addressing the theme healthy eating, in most of them the school garden and cooking workshop. In view of the results, it was possible to conclude that the educational practices of healthy eating at school contribute to the change of behavior and the formation of new attitudes for the construction of more adequate eating habits.

Keywords: Science Teaching. Food and Nutrition Education. Food Practices.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

DCNT – Doenças Crônicas e Não Transmissíveis

DHAA – Direito Humano À Alimentação Adequada

EAN – Educação Alimentar e Nutricional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

OMS – Organização Mundial da Saúde

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SUS – Sistema Único de Saúde

TCT – Temas Contemporâneos Transversais

TT – Temas transversais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OBJETIVOS	12
2.1	Objetivo geral	12
2.2	Objetivos específicos	12
3	REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1	O Programa Nacional de Alimentação Escolar	13
3.2	Práticas educativas sobre alimentação saudável na escola	18
4	METODOLOGIA	23
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

A alimentação saudável é essencial para a saúde física e mental do ser humano, contribuindo para o seu bem-estar em qualquer idade (SIZER; WHITNEY, 2003). Uma alimentação rica e equilibrada, ou seja, que inclui alimentos variados como carne, verduras, legumes, cereais, é fundamental para garantir uma melhor qualidade de vida.

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (BRASIL, 2008b, p. 27).

A formação de hábitos alimentares saudáveis tem início desde a introdução alimentar no primeiro ano de vida do indivíduo. Dessa forma, a família é a primeira responsável por essa formação (AZEREDO, 2014). Por outro lado, uma das formas de promover a adoção de práticas de alimentação saudável é por meio da educação (BRASIL, 2008a), visto que a escola é um espaço social e de interação, um ambiente de convivência e trocas, em que alunos e professores passam a maior parte do seu tempo juntos (FERNANDES *et al.*; SIQUEIRA *et al.*, 2014; TRICHES, 2015). Por consequência, as experiências alimentícias vivenciadas nos espaços educativos podem ser levadas ao âmbito familiar.

Por outro lado, o consumo elevado de alimentos industrializados, ricos em açúcares, sódio e gorduras, por parte das crianças (TORA *et al.*, 2009), tem contribuído com o aumento dos índices de obesidade infantil, causando em longo prazo sérias repercussões na saúde, sobretudo o surgimento de Doenças Crônicas e Não Transmissíveis (DCNT) como diabetes, hipertensão arterial e outras doenças cardiovasculares (SOARES, 2014; MENDES *et al.*, 2006). De acordo com dados do Instituto de Pesquisa e Estatística (IBGE), as DCNT constituem o principal problema de saúde e são a causa responsável por 72,0% dos óbitos, no Brasil (BRASIL, 2015, apud IBGE, 2016, p. 11).

De acordo com Soares (2014), é preocupante o aumento do índice de obesidade no Brasil, principalmente, em crianças e adolescentes. De acordo com o Ministério da Saúde (2021), dados de 2019 apontam que a doença acomete 13,2% das crianças entre cinco e nove anos, que são acompanhadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e 28% estão em risco nutricional com incidência da obesidade. Em relação à população adolescente, segundo dados obtidos pelo IBGE, 7,8% apresentam excesso de peso ou obesidade (IBGE, 2003).

A escola, por sua vez, se constitui como um lócus privilegiado para a realização de ações que fomentam um processo de sensibilização quanto à alimentação dos sujeitos e promoção de saúde, tornando-se um espaço estratégico para a realização de práticas sobre alimentação, impulsionando o desenvolvimento humano (SCHMITZ *et al.*, 2008; BOOG, 2010). Dessa forma, uma escola que fomenta a saúde, através de tais práticas educativas, instiga os alunos a refletirem sobre seus hábitos alimentares e a busca por escolhas mais salutares e sustentáveis (ABERC, 2008). Assim sendo, Brandão *et al.* (2020, p. 3), coloca que

A alimentação saudável é realmente um tema bastante interessante para ser trabalhado em sala de aula, visto que os adolescentes estão em processo de formação corporal e muitos querem reproduzir os padrões estéticos e sociais ou estão em busca de melhor qualidade de vida.

O Brasil possui políticas públicas educacionais que abrangem aspectos alimentares, nutricionais e de saúde, visando contribuir para a saúde dos alunos, melhorando a concentração e o aprendizado (BRASIL, 2009). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mais comumente conhecido como Merenda Escolar, foi instituído na década de 1950 e tem a finalidade de assegurar a oferta de refeições nas escolas públicas, propondo atender de 30% a 70% das necessidades nutricionais dos estudantes durante o tempo de permanência destes na escola e, além disso, colaborar para a diminuição de evasão escolar e para a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis (BRASIL, 2013).

A instituição educacional é o lugar onde os programas de educação em saúde têm maior repercussão, colaborando, dessa forma, para a divulgação dos conhecimentos aprendidos em sala de aula para fora do ambiente escolar, levando a informação para amigos, familiares e, inclusive, para a comunidade (BRASIL, 2006). Assim, os responsáveis pelos alunos no ambiente escolar devem tornar-se exemplos positivos para os estudantes, suas famílias e para a comunidade na qual se encontram inseridos (BRASIL, 2006; 2009).

O processo de alimentação saudável na escola tem por objetivo orientar o educando sobre os hábitos em ingerir frutas, verduras e legumes e demonstrar os benefícios para o corpo (KRINGEL *et al.*, 2016). Na Legislação Básica da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) estabelecem uma educação voltada para a metodologia de planejamento de ações, técnicas de sensibilização e construtivismo (BRASIL, 1998). A educação alimentar é regulamentada pela Lei nº 11.947/09 e estabelece que:

A inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem perpassa o currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009, p. 1).

A Base Nacional Curricular Comum – BNCC é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais, na contemporaneidade, que todos os alunos devem se apropriar na educação básica. Nesse sentido, é essencial o uso de práticas educativas para estudantes do Ensino Fundamental que propiciem a exploração das vivências, saberes, interesses e curiosidades dos discentes sobre o mundo (natural, social e tecnológico) (BRASIL, 2017). A BNCC salienta que compete às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, integrar os currículos e as propostas pedagógicas a partir da abordagem de temas contemporâneos, como a saúde, em escala local, regional e global, e que sejam inseridos de maneira transversal e integradora (BRASIL, 2017).

a alimentação pode ser uma prática educativa voltada para a disseminação de conhecimentos, visando à prevenção de doenças e promoção da saúde, a partir de conteúdos direcionados a uma alimentação saudável, além de envolver questões culturais, éticas e biopsicossociais (SANTANA; LUCENA, 2021, p. 7).

A BNCC (BRASIL, 2017) defende que para promover a saúde individual e coletiva, são indispensáveis ações dirigidas para a prevenção de carências nutricionais específicas, desnutrição, doenças cardiovasculares, obesidade, diabetes, entre outras que podem desenvolver uma DCNT.

Nesse sentido, a importância de se discutir as práticas educativas para alimentação saudável no âmbito escolar deve-se ao fato de que, segundo pesquisas, nota-se que esse tema vem sendo trabalhado pelos professores em uma perspectiva biologicista, de maneira isolada e em momentos específicos, como um conjunto de conhecimentos e informações a serem transmitidos aos alunos de maneira que não os estimulam a uma participação ativa e autônoma do seu processo de aprendizagem (BOFF, 2011). Portanto, o presente trabalho levanta a discussão da importância dessa temática no âmbito escolar de maneira mais ampla e significativa e com intervenções pedagógicas contribuindo para a construção do conhecimento e do pensamento crítico para a promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Além disso, como motivação pessoal para escolha do tema, em 2019, enquanto aluna do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) participei de um projeto em duas turmas do sexto ano do Ensino Fundamental de uma escola estadual sobre a temática alimentação saudável na escola, sob orientação do professor de Ciências. Nesta pesquisa foi

constatado que dos 84 alunos dessas turmas, cinco deles estavam acima do peso, o que indicou na época a necessidade de se pensar em práticas educativas sobre o tema.

Perante o exposto, parte-se da seguinte questão de pesquisa: de que maneira as práticas educativas executadas por professores da educação básica, entre os anos de 2017 a 2021, têm estimulado a promoção de hábitos alimentares saudáveis entre os jovens?

Esse trabalho de conclusão de curso foi estruturado nas seguintes seções: objetivos; referencial teórico que trata sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a importância da temática alimentação saudável e as práticas educativas acerca dessa temática no ambiente escolar; metodologia; resultados e discussão e considerações finais.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Investigar as práticas educativas executadas nas escolas por professores, entre os anos de 2017 a 2021, voltadas para a promoção de hábitos alimentares saudáveis entre os jovens.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar na literatura as práticas educativas sobre hábitos alimentares saudáveis, executadas por professores, entre os anos de 2017 e 2021;
- avaliar as práticas educativas reveladas pelos artigos selecionados quanto aos aspectos teórico-metodológicos para a promoção de hábitos alimentares saudáveis nas escolas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O Programa Nacional de Alimentação Escolar

O PNAE é um programa social criado pelo Governo Federal, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), voltado para área de alimentação e nutrição através de políticas públicas específicas para a promoção da segurança alimentar escolar (BRASIL, 2009), que tem por objetivo fortalecer as ações voltadas a

contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2020, p. 9).

O PNAE foi instituído no país no ano de 1955 e passou por mudanças significativas desde a sua criação, principalmente nas últimas décadas, o que contribuiu para avanços nos aspectos técnicos e operacionais. O programa acabou contribuindo para a formação de hábitos alimentares dos alunos estimulando a valorização dos alimentos locais, através de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), sendo uma referência mundial em programas de alimentação na educação pública (PAIVA; FREITAS; SANTOS, 2016).

A descentralização financeira e de gestão¹, iniciada na década de 1980, possibilitou aos estados e municípios uma maior eficácia de suas ações e a inserção da participação social como peça fundamental para o controle e fiscalização da execução do programa através dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). A partir de então, o PNAE mostrou-se engajado em contribuir para uma alimentação condizente com a cultura de cada região, buscando melhorias na aceitação por parte do alunado e, concomitantemente, o sucesso de seu objetivo (PEDRAZA *et al.*, 2016).

Uma medida importante para melhoria na qualidade do serviço prestado pelo programa foi implantada em 2006, quando passou a ser obrigatória a presença de nutricionistas e funcionários capacitados em todas as unidades de execução. A capacitação e formação de equipes devem possibilitar a efetivação das medidas de segurança que possam identificar fatores na situação contrária que possam evitar doenças por fatores ambientais e

¹Na implantação da descentralização do PNAE, foi elaborada a Medida Provisória no 1784 de 14/12/1998, que previa, a partir de 1999, a transferência, mediante depósito em conta corrente específica, de recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e a todos os municípios brasileiros pelo FNDE, automaticamente, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato.

sociais (ANZOLIN *et al.*, 2010). O papel do nutricionista é de grande importância para realizar as atividades do PNAE, além de desenvolver os cardápios, têm como função capacitar os funcionários no preparo dos alimentos e nas práticas de manipulação destes (FNDE, 2006). De acordo com a Resolução nº 465, de 25 de agosto de 2010,

[...] é responsabilidade do nutricionista, planejar o cardápio da alimentação escolar de acordo com a cultura alimentar regional, e com a tendência natural agrícola da região, observando desde a compra dos alimentos, produção, finalização até a distribuição da alimentação, para atender as necessidades nutricionais dos alunos e contribuir na formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2010).

Em 2006, uma parceria foi firmada entre o FNDE e as instituições de ensino superior, a fim de promover projetos de extensão, com o objetivo de colaborar com a distribuição e controle de qualidade da alimentação escolar, envolvendo os estudantes de ensino superior e os estudantes atendidos pelo PNAE nas escolas públicas e filantrópicas (MORGAN; SONNINO, 2010).

Para Lima (2012), a conquista para o PNAE veio com a publicação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que trata das disposições sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Outro marco importante foi a Resolução nº38 de 16 de julho de 2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no PNAE (BRASIL, 2009).

Muitas melhorias para o programa foram conquistadas a partir de então, dentre elas a recomendação para compra dos alimentos variados e cultivados na localidade para a alimentação escolar, relacionados à agricultura familiar e empreendedores familiares rurais, com o intuito de incentivar a economia local, o favorecimento de crianças e adolescentes, além da oferta de refeições, tendo como meta também a EAN (BRASIL, 2009; MEDEIROS *et al.*, 2016).

[...] o PNAE contribui para o desenvolvimento sustentável, fortalece a agricultura familiar, gera renda e mobilização social, promove conscientizações para a prática da alimentação saudável, aumenta o nível de conhecimento do aluno sobre a importância da ingestão dos alimentos saudáveis. Vale ressaltar que os alimentos utilizados no contexto escolar nos cardápios permitem abordagens sobre alimentação relacionadas às tradições do local, conforme a aquisição de produtos da agricultura (TÉO; SABEDOT, 2010, apud BRASIL, 2015).

O PNAE tem sua jurisdição junto ao FNDE, o qual é responsável pela distribuição e repasse do recurso para a alimentação escolar. Este recurso não é direcionado de forma

integral, sendo de responsabilidade dos estados, municípios e do Distrito Federal complementá-lo com uma contrapartida financeira (BRASIL, 2020). A despesa federal é dividida em dez para as “entidades executoras” (BRASIL 2006, p. 20)².

O PNAE não pode se delimitar ao simples abastecimento de refeições para suprir as necessidades nutricionais dos escolares, ele tem como competência promover a saúde e a construção de hábitos alimentares saudáveis por ações de EAN que integram a prática curricular (BRASIL, 2020).

Portanto, a escola tem uma atribuição importante no processo de formação do ser humano, pois visa despertar a autonomia e o desenvolvimento dos alunos para uma vida mais consciente e saudável, enquanto que o discente tem o papel de multiplicador do processo educativo colaborando para que os alunos possam escolher hábitos alimentares mais adequados (BÓGUS *et al.*, 2017). Dessa forma, a EAN deve ser o caminho para edificar conhecimentos e incentivar a autonomia do aluno na escolha de alimentos mais saudáveis, refletir sobre seus hábitos alimentares e como pode melhorá-los (BRASIL, 2020).

O tema alimentação saudável no contexto escolar é motivo de debates ao longo dos anos, sobretudo quando o assunto é a necessidade dos alunos desenvolverem hábitos alimentares em favor do processo de aprendizagem dos mesmos. Segundo definição da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), a palavra saúde é utilizada para descrever o estado de bem-estar físico, mental e social e não apenas para qualificar a ausência de alguma doença.

Uma alimentação adequada e equilibrada visa complementar as necessidades do organismo quanto aos nutrientes fundamentais para uma boa condição de saúde. O cardápio fornecido aos alunos matriculados em escolas públicas de todo Brasil deve conter uma variedade de alimentos e são servidos diariamente nas principais refeições (DANELON; SILVA, 2006). O planejamento dos cardápios é fundamental e deve estar de acordo com as recomendações nutricionais do PNAE, adaptados às necessidades alimentares especiais dos alunos e devem atender às especificidades culturais da comunidade e custo médio per capita da refeição (BRASIL, 2020).

O cardápio da alimentação escolar é fundamental para relacionar os alimentos que

²Esse repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento, cabendo aos estados e municípios a complementação de cota. Porém há divergências de região para região do país e de município para município, estando sujeita às políticas e aos recursos locais. Para tanto, o programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio do CAE, FNDE, Tribunal de Contas da União - TCU, Secretaria Federal de Controle Interno - SFCI e pelo Ministério Público. A transferência ocorre em dez parcelas mensais a partir de fevereiro de cada ano. As entidades deverão utilizar, no mínimo, 70% dos recursos do PNAE na aquisição de produtos alimentícios básicos [...] (FNDE, 2006).

foram aplicados para substituir as utilidades nutricionais dos alunos. Os requisitos do cardápio do PNAE têm como meta suprir 30% das necessidades diárias quando é ofertada uma refeição e 70% das necessidades por dia para realização de três refeições nas escolas que funcionam em tempo integral. A oferta de uma alimentação adequada e saudável contribui para a garantia da segurança alimentar dos estudantes com acesso de forma igualitária (BRASIL, 2009; CHAVES, 2013).

O PNAE determina colocar em evidência a EAN na escola, com objetivo de motivar e oferecer voluntários de práticas alimentares saudáveis para ajudar no desenvolvimento da aprendizagem e da saúde e qualidade de vida do aluno (BRASIL, 2013, s/p). A resolução do FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, aponta em seu artigo 5º, inciso II:

Art. 5º São diretrizes da Alimentação Escolar:

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2020).

A referência de EAN para as políticas públicas é de fazer o conceito desta como um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis e se colocar no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (BRASIL, 2012; 2020).

Para Santos (2012), os valores da EAN, com grande atenção à alimentação da própria região, têm como incentivo o produto de hortas escolares; colocar em prática as atividades com os alunos e o uso dos alimentos cultivados na alimentação escolar; aumentar e realizar treinos para a preparação das tarefas que oferece alimentação escolar; de impor limites na compra e venda de alimentos e fabricação com alto conteúdo de gordura saturada, gorduras trans, açúcar livre e sal; estimular a comer frutas, verduras e legumes com acompanhamento para melhorar a dieta saudável dos escolares.

O professor é sujeito fundamental desse processo e cabe a ele pensar em caminhos para aprendizagem significativa, pois “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 22). Ele tem o papel de ser o mediador entre o conhecimento e o aluno, de maneira que atenda as necessidades deste, levando-o a fazer parte do processo de construção do saber, ou seja, fazê-lo sair da posição de espectador para participativo (MIRANDA, 2008).

O texto de apresentação do Tema Transversal Saúde dos PCN esclarece a respeito da atribuição do educador quando diz que “o papel mais importante do professor é o de motivador que introduz os problemas presentes, busca informação e materiais de apoio, problematiza e facilita as discussões por meio da formulação de estratégias para o trabalho escolar” (BRASIL, 1998b, p. 261). Enquanto que a BNCC, em seu texto sobre os Temas Contemporâneos Transversais (TCT), apresenta sugestões metodológicas para guiar a abordagem destes nas práticas pedagógicas, a fim de que o professor estruture os conteúdos de uma forma mais integradora e transversal (BRASIL, 2019a).

A respeito disso, o FNDE evidencia que o professor de Ciências é um agente importante para a promoção dessa temática, pois é quem planeja as aulas, inserindo em suas práticas a EAN, e por meio de recursos didáticos desenvolve as ações em alimentação saudável (BRASIL, 2020).

O livro didático, recurso pedagógico que assiste alunos e professores, deve consistir em um material de apoio eficaz, que aprofunde os conhecimentos com informações completas e fidedignas, apresentando os conteúdos de forma clara, objetiva e contextualizada (BRASIL, 2019b). A respeito disso, Santiago *et al.* (2018, p. 275, apud BOFF; BERNARD; CARVALHO, 2021, p. 5) enfatizam que “o livro didático apresenta conhecimentos produzidos pela ciência de referência, transformando-os em saberes escolares, tendo maior ou menor fidedignidade científica, e geralmente é considerado a principal fonte de conhecimento sistematizado”, portanto, não deve ser considerado como único recurso a ser utilizado pelo professor.

No que concerne a temática de EAN abordada nos livros didáticos

Evidencia-se a necessidade tanto da inclusão de mais temas de alimentação e nutrição, como da melhoria da abordagem adotada nos livros didáticos de Ciências, como forma de instrumentalização dos professores para ações de educação alimentar e nutricional nas escolas (LIMA; TORAL, 2020, p. 12).

O estudo de Lima e Toral (2020), que tinha como objetivo analisar livros didáticos do ensino fundamental, encontrou diversas deficiências na abordagem do tema, apresentando as questões exclusivamente biológicas do alimento e da alimentação, em salvas inserções positivas sobre segurança alimentar e nutricional, produção de alimentos e promoção da saúde.

Por fim, é preciso que o docente foque nas construções dos seus alunos, valorize suas ideias, tenha respeito e atenção ao que eles dizem e trazem de suas próprias experiências, que invista para que eles encontrem o caminho para o sucesso, para uma aprendizagem

significativa. No momento em que o professor buscar fortalecer a autonomia do aluno, aplicando todas as técnicas possíveis em suas práticas, ele passará a contribuir para que a aprendizagem do aluno se torne mais efetiva (BOFF, 2011).

3.2 Práticas educativas sobre alimentação saudável na escola

O espaço escolar é um ambiente propício para a realização de ações educativas que estão relacionadas com a alimentação e nutrição, resultando de forma positiva na criação de hábitos alimentares ao motivar a autonomia do aluno para selecionar alimentos mais saudáveis (BARBOSA *et al.*, 2013).

Entre os documentos que norteiam a educação básica encontram-se os PCN que trazem a concepção de transversalidade quanto à perspectiva de relacionar os diferentes objetos do conhecimento às questões da vida real dos alunos. Os Temas Transversais (TT), segundo os PCN, referem-se a temáticas sobre questões sociais que devem ser inseridas no currículo escolar de forma que atravessem os campos do conhecimento, quer dizer, não devem aparecer de maneira isolada em uma área de conhecimento específica (BRASIL, 1998a). Dado que “[...] sua complexidade faz com que nenhuma das áreas, isoladamente, seja suficiente para explicá-los; ao contrário, a problemática dos TT atravessa os diferentes campos do conhecimento” (BRASIL, 1998a, p. 26).

De acordo com os PCN, as escolas que estimulam e fomentam a saúde são as que:

- estão fundamentadas num modelo de saúde que inclui a interação dos aspectos físicos, psíquicos, socioculturais e ambientais;
- promovem a participação ativa de alunos e alunas;
- reconhecem que os conteúdos de saúde devem ser necessariamente incluídos nas diferentes áreas curriculares;
- entendem que o desenvolvimento da autoestima e da autonomia pessoal são fundamentais para a promoção da saúde;
- valorizam a promoção da saúde na escola para todos os que nela estudam e trabalham;
- reforçam o desenvolvimento de estilos saudáveis de vida e oferecem opções viáveis e atraentes para a prática de ações que promovem a saúde (BRASIL, 1998b, p. 260).

Remetendo-se à temática em questão, a promoção da alimentação saudável, é evidenciada nos dois primeiros ciclos (anos iniciais) do TT Saúde e é enfatizada nos conteúdos de autoconhecimento para autocuidado, junto às temáticas de corpo humano e higiene (MOHR, 2009).

O documento mais recente que norteia a educação é a BNCC, o qual orienta e determina competências, habilidades e componentes primordiais para a formação integral dos estudantes ao propiciar o desenvolvimento destes nos aspectos cognitivo, físico, social, emocional e cultural. Dessa forma, a BNCC direciona os fundamentos pedagógicos (BRASIL, 2017).

Quanto ao currículo de Ciências no Ensino Fundamental, as aprendizagens essenciais são organizadas em três unidades temáticas na BNCC: Matéria e Energia, Vida e Evolução, Terra e Universo. No que diz respeito à alimentação saudável, é identificada apenas no quinto ano do Ensino Fundamental na unidade **Vida e Evolução**, que trata sobre os hábitos alimentares (BRASIL, 2017).

A BNCC orienta que nos anos iniciais do Ensino Fundamental as práticas pedagógicas tenham o objetivo de estimular o protagonismo e a autonomia dos alunos para que possam realizar escolhas alimentares mais assertivas, a partir do conhecimento de como se ter uma alimentação saudável e de cuidado e respeito com o seu corpo e com o do outro, quanto ao ponto de vista do cuidado integral à saúde física (BNCC, 2017). A BNCC esclarece que um dos focos da unidade **Vida e Evolução** é

[...] a percepção de que o corpo humano é um todo dinâmico e articulado, e que a manutenção e o funcionamento harmonioso desse conjunto dependem da integração entre as funções específicas desempenhadas pelos diferentes sistemas que o compõem. Além disso, destacam-se aspectos relativos à saúde, compreendida não somente como um estado de equilíbrio dinâmico do corpo, mas como um bem da coletividade, abrindo espaço para discutir o que é preciso para promover a saúde individual e coletiva, inclusive no âmbito das políticas públicas (BRASIL, 2017, p. 327).

No que concerne a temática de saúde, a BNCC considera o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao pensamento crítico-reflexivo e atitudes responsáveis. Dentre as habilidades elencadas, encontram-se:

Organizar um cardápio equilibrado com base nas características dos grupos alimentares (nutrientes e calorias) e nas necessidades individuais (atividades realizadas, idade, sexo etc.) para a manutenção da saúde do organismo.
Discutir a ocorrência de distúrbios nutricionais (como obesidade, subnutrição etc.) entre crianças e jovens a partir da análise de seus hábitos (tipos e quantidade de alimento ingerido, prática de atividade física etc.) (BRASIL, 2017, p. 341).

Nas suas propostas, os assuntos selecionados para adição no currículo são denominados TCT, o que evidencia a necessidade de discussão desses temas na atualidade. Neste sentido, a BNCC recomenda esta abordagem como uma maneira de orientar a formação

cidadã dos alunos, contendo a mesma importância e exigência das disciplinas curriculares (BRASIL, 2019a). Dessa forma, “cabe aos sistemas e redes de ensino [...] incorporar aos currículos e as propostas pedagógicas a abordagens de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (BRASIL, 2017, p. 19).

Quanto à inclusão da EAN nos currículos escolares, a BNCC integra como uma das temáticas transversais (BRASIL, 2017), isso contribui no uso de práticas mais contextualizadas, e não unicamente no ensino das informações de assuntos biológicos, sendo utilizados desde a inserção das crianças nas escolas (OLIVEIRA *et al.*, 2018). Santana e Lucena (2021, p. 6) colocam que “[...] as estratégias didáticas da EAN nas escolas constituem um tema transversal que corrobora com a proposta do ensino de ciências em circundar as disciplinas de outras áreas de conhecimento, contextualizando os conteúdos sobre alimentação.”

O ensino de ciências deve partir da realidade do aluno, do contexto social o qual está inserido e adequar os conteúdos com atividades que desenvolvam a formação integral deste (BRASIL, 2017). Uma das formas de alcançar esse objetivo é por meio de metodologias diferenciadas em sala de aula que tornem a aprendizagem mais significativa e que os estudantes construam seus próprios conhecimentos (BACICH; MORAN, 2017).

Sabe-se que o aluno precisa perceber uma relação entre o que aprende e a realidade do seu contexto social e uma maneira de proporcionar essa ligação é investindo no uso de metodologias ativas. Essas metodologias de ensino são uma ferramenta de grande valor, pois contribuem para tornar o processo de aprendizagem mais significativo e eficaz (SILVA, 2017).

A metodologia ativa causa impactos na participação e formação integral a partir de diálogo e reflexões. O modelo ativo do fazer pedagógico é centrado na problematização, e não na memorização do conhecimento. Por isso, intensifica a formação de indivíduos pensantes e críticos, competências elementares à sociedade contemporânea. (SILVA, 2017, p. 9)

O professor de ciências para tratar do tema alimentação saudável pode utilizar a Aprendizagem Baseada em Projetos, que é uma metodologia ativa desenvolvida por meio de intenso processo de investigação e elaboração de produtos de modo colaborativo e interdisciplinar. Essa proposta é uma estratégia de ensino que se caracteriza por inserir o estudante no centro do processo a partir de discussões, interações, atividades de análise, síntese e avaliação no sentido de solucionar problemas (BACICH; MORAN, 2017).

Outra metodologia que também pode ser utilizada no ensino de ciências, que se relaciona e integra com a anterior, é a Aprendizagem Baseada em Problemas, a qual promove o pensamento crítico-reflexivo, incentiva os discentes a buscar seu próprio conhecimento e solucionar problemas, a partir de uma aproximação maior com a realidade, contribuindo, dessa forma, para que se sintam motivados e participem ativamente na busca pela solução do problema a partir de um determinado contexto (BACICH; MORAN, 2017).

Quanto aos recursos que podem ser utilizados para realização de ações educativas para a promoção da alimentação saudável, a Resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, aponta em seu artigo 14, segundo parágrafo que “as ações de EAN devem utilizar o alimento, a alimentação escolar e/ou a horta escolar como ferramenta pedagógica (BRASIL, 2020, p. 6).

Portanto, a horta escolar é uma das ações de EAN apontadas pelo PNAE através desta resolução. Conforme Pastorio (2020), a horta escolar é um ambiente educativo, no qual proporciona práticas interdisciplinares, socialização da cultura local e o desenvolvimento do conhecimento científico. Assim sendo, associam-se também variados temas como alimentação escolar, alimentação saudável, nutrição e sustentabilidade. Nessa perspectiva, Nogueira (2005) salienta que a horta escolar oferece uma fonte de alimentação escolar e saudável e, também, se apresenta como atividade didática. Complementando esse raciocínio Doria *et al.* (2017) coloca que:

As hortas escolares são uma poderosa estratégia pedagógica para a Promoção da Saúde e revelam importantes contribuições para o desenvolvimento de competências pessoais, criando ambientes promotores de saúde, participação social, empoderamento e igualdade. As hortas também podem integrar ações de educação alimentar e nutricional com ações de educação ambiental, por meio de atividades criativas e interativas que estimulem o envolvimento das crianças (DORIA *et al.*, 2017, p. 86).

Outra prática educativa que pode ser mencionada é a oficina de culinária, que de acordo com Costa *et al.* (2016), não é apenas a preparação de uma receita, mas sim, uma atividade que favorece o processo de aprendizagem, a compreensão do conteúdo, possibilita troca de experiências e estimula a participação dos alunos com a elaboração das preparações, causando interesse em consumir o que foi feito por eles. Dessa forma, fomentar o desenvolvimento de habilidades culinárias como prática educativa por meio de oficinas permite a participação ativa do alunado, dando um caráter dinâmico à aula e a descoberta de alternativa para impasses entre a realidade e a teorização, colaborando também na promoção da alimentação saudável.

Uma contribuição muito importante que pode ser lançada a mão nas ações educativas é a parceria com profissionais da saúde, especialmente os nutricionistas, para a realização de atividades nas escolas a fim de consolidar o ensino da alimentação saudável (ANZOLIN *et al.*, 2010; MOURA *et al.*, 2020; PEREIRA; PEREIRA; ANGELIS-PEREIRA, 2017; YOKOTA *et al.*, 2010).

Através das ações da EAN desenvolvidas com os discentes de forma participativa e interativa, os conhecimentos são compartilhados, além das trocas de vivências, experiências e habilidades, pois há um envolvimento na divulgação das informações, favorecendo todos os envolvidos no processo. Essas ações têm o intuito de promover atitudes que possibilitem uma vida mais saudável, fomentando a escolha de hábitos alimentares adequados que irão garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos estudantes. Dessa maneira, o processo de reeducação alimentar torna-se mais simples, acessível e permanente (COSTA *et al.*, 2016; MAGALHÃES; CAVALCANTE, 2019).

4 METODOLOGIA

Esta seção trata sobre os procedimentos metodológicos utilizados em toda a pesquisa, diz respeito aos métodos e técnicas utilizados para embasar e apoiar os fatos suscitados e tentar comprovar o que se propôs como problema de forma clara e objetiva para um melhor entendimento do estudo.

Trata-se de uma pesquisa secundária de abordagem qualitativa com a intenção de discutir a temática em questão. Segundo Minayo, a pesquisa qualitativa é aquela que

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 2001, p. 13).

Para desenvolvimento da pesquisa será utilizada a técnica de revisão integrativa acerca das intervenções educativas na escola quando abordam o tema alimentação escolar para promoção de hábitos alimentares saudáveis. Segundo Mendes (2008, p. 759), “Esse método tem a finalidade de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado”.

Esta revisão foi realizada em seis etapas: definição da questão de pesquisa, amostragem na literatura, seleção e categorização dos textos encontrados, avaliação dos estudos incluídos na revisão, interpretação e apresentação dos resultados (MENDES, 2008).

Nesse sentido, este estudo visa responder ao seguinte questionamento: de que maneira as práticas educativas executadas por professores da educação básica, entre os anos de 2017 a 2021, têm estimulado a promoção de hábitos alimentares saudáveis entre os jovens?

A busca para selecionar os estudos foi realizada nas bases de dados eletrônicas: *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e Periódicos da CAPES, a partir dos seguintes descritores: “políticas públicas de alimentação na escola”; “práticas educativas sobre alimentação na escola” e “papel do professor na alimentação saudável”.

Os artigos foram selecionados utilizando os seguintes critérios de inclusão: a) artigos disponibilizados na íntegra e em língua portuguesa, publicados em periódicos e indexados, no período de 2017 a 2021, a escolha desse período justifica-se pela necessidade de saber quais e como tem sido realizadas as práticas educativas sobre alimentação saudável nas escolas,

atualmente; b) títulos que contenham referência aos descritores; c) leitura do resumo para verificar se respondiam a pergunta norteadora deste estudo.

Os artigos excluídos foram aqueles que: a) não responderam à pergunta que norteia esta pesquisa; b) não foram disponibilizados na íntegra; c) foram escritos em outros idiomas; d) cujo título não condiz com os descritores e que não tinham relação com a temática do trabalho. A partir desta análise, foram selecionados todos os artigos que se encontraram nos critérios de inclusão.

Para a identificação dos dados foram extraídas informações quanto à autoria, ano de publicação, periódico, prática educativa estudada e etapa da Educação Básica que foi desenvolvida tal prática. Na interpretação dos resultados, foi feita uma análise crítica dos estudos incluídos, realizando uma discussão dos resultados à luz da literatura científica, identificando lacunas e propondo recomendações e sugestões para futuras pesquisas na temática. A síntese do conhecimento foi feita de forma descritiva.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da seleção dos artigos, buscou-se observar como as ações da prática docente são capazes de auxiliar o aluno quanto ao desenvolvimento de uma atitude voltada ao que diz respeito à promoção da alimentação saudável. No quadro a seguir estão listados os sete artigos incluídos na amostra final desta revisão integrativa.

Quadro 01: Publicações identificadas sobre Práticas Educativas e Alimentação Saudável

Estudo	Título do artigo	Ano da publicação	Autores	Periódico	Prática educativa trabalhada	Etapa da Educação Básica	Apresentação
1	Professores da rede municipal de ensino e o conhecimento sobre o papel da escola na formação dos hábitos alimentares dos escolares	2017	Aline dos Santos Rocha, Vanessa Barbosa Facina	Ciência & Educação	Oficinas sobre promoção da saúde, prevenção de doenças crônicas, prática de atividade física, alimentação saudável e promoção da qualidade de vida	Ensino Fundamental I	“O estudo verificou o conhecimento dos professores do Ensino Fundamental I acerca do papel da escola na formação dos hábitos alimentares dos escolares” (ROCHA; FACINA, 2017, p. 691).
2	Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil: experiência no município de Itapevi, São Paulo, Brasil, 2014	2017	Mariangela da Silva Alves Batista, Lenise Mondini, Patrícia Constante Jaime	Epidemiologia e Serviços de Saúde	Degustação de alimentos, Oficina de culinária e horta escolar	Ensino Fundamental I	O estudo descreve “a experiência no desenvolvimento de ações do Programa Saúde na Escola (PSE) e da alimentação escolar relacionadas à prevenção do excesso de peso no município de Itapevi-SP” (BATISTA <i>et al.</i> , 2017, p. 569).
3	Estratégias de educação nutricional no ambiente escolar: uma revisão integrativa	2018	Wagner Alessandro dos Reis, Amanda Márcia dos Santos Reinaldo	Revista de APS	Pirâmide alimentar, dinâmicas e discussões em grupo, dramatização, jogos e brincadeiras, palestra, explanação de história, oficinas culinárias, elaboração de jornal sobre alimentação e concurso de slogan e de música	Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio	O artigo aborda as “estratégias de educação nutricional utilizadas na educação básica de escolas públicas e privadas para a formação de hábitos alimentares mais saudáveis” (REIS; REINALDO, 2018, p. 701).

Fonte: Elaborado pela autora, 2021, a partir da revisão sistemática realizada.

O PNAE é referência em programas de alimentação nas práticas pedagógicas e saúde, aborda a alimentação adequada como um direito humano e evidencia a importância da inserção das práticas de promoção à alimentação saudável no contexto escolar (BRASIL, 2013). Para tanto, requer que a escola utilize uma metodologia como forma de divulgar a respeito das estratégias de educação nutricional usadas na educação básica de ensino público e particular para criação de costumes alimentares mais saudáveis (BRASIL, 2009).

O primeiro estudo faz parte do Programa de Educação pelo Trabalho – PET/Saúde, realizado em seis escolas públicas municipais, com duração de três meses e foram realizadas oficinas como foco nos escolares, mas os professores também participaram ativamente das ações, o que possibilitou a troca de conhecimentos e experiências entre os discentes e docentes. Os temas abordados foram: promoção da saúde, prevenção de doenças crônicas, prática de atividade física, alimentação saudável e promoção da qualidade de vida (ROCHA; FACINA, 2017).

As professoras participantes do estudo relataram que apresentam dificuldades para trabalhar a temática alimentação saudável em sala de aula, devido à falta de conhecimentos específicos. A esse respeito, as autoras colocam que:

Dessa forma, reconhece-se a necessidade da implantação de cursos de educação continuada, como forma de ampliar o conhecimento dos professores para que esses possam trabalhar, de forma mais segura, temas voltados à promoção da saúde dos escolares. O processo de educação continuada em saúde, como uma ferramenta de promoção da saúde, deve ser entendido como uma estratégia para habilitar profissionais para atuarem como agentes promotores de saúde (ROCHA; FACINA, 2017, p. 698-699).

Outra barreira enfrentada pelas professoras para o desenvolvimento do seu trabalho é a falta de parcerias com a família acerca da alimentação dos estudantes, posto que as preferências alimentares das crianças sejam influenciadas pelas escolhas e pelos hábitos alimentares dos pais.

No que concerne à importância dos docentes para a promoção da alimentação saudável no contexto escolar, o primeiro estudo verificou que as professoras se reconhecem essenciais como agentes promotoras de hábitos alimentares saudáveis e que os outros profissionais da escola são conscientes quanto à necessidade do envolvimento de todos para a melhoria da saúde, da qualidade de vida e para a formação cidadã dos escolares.

O segundo estudo identificou que nas escolas pesquisadas os temas mais abordados foram: Alimentação Saudável, Pirâmide Alimentar e Higiene dos Alimentos, e as atividades

mais desenvolvidas nas escolas foram a oficina culinária e a horta escolar. Sendo esta última, “influência positiva na preferência e consumo de frutas e vegetais por parte dos alunos, no rendimento escolar, na interação social, no desenvolvimento do senso de responsabilidade, autoestima e autoconfiança, além da sensação de bem-estar geral” (BATISTA; MONDINI; JAIME, 2017, p. 575).

As autoras constataram que o tema de alimentação saudável esteve presente apenas nas aulas de Ciências e Educação Física, o que demonstra a não ocorrência de interdisciplinaridade. Os TT foram ampliados no currículo do Ensino Fundamental pelo MEC em 1998 através dos PCN. A alimentação saudável por se tratar de saúde não pode ser trabalhada como tema convencional e apenas no ensino de ciências, visto que é um tema transversal deve ser trabalhado nas demais disciplinas e deve propor de forma ampla o bem estar físico e mental, valorizando o hábito e costume destacando a saúde física, social e emocional (BRASIL, 1998b). Para Batista, Mondini e Jaime (2017), a escola cumpre um papel social, pois desempenha um grande papel na contribuição e formação do indivíduo, dessa forma ela tem um grande desafio em trabalhar a temática alimentação saudável por se tratar de um tema transversal.

Um problema apontado pelos professores, no segundo estudo, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis nas escolas é a falta de apoio da família, além das questões econômicas vivenciadas por elas, para que aquilo que for aprendido na sala seja continuado fora do âmbito escolar. O processo educativo para promover uma alimentação saudável na instituição de ensino precisa que toda a comunidade escolar (professores, coordenadores, merendeiros, alunos e família) se envolva (BATISTA; MONDINI; JAIME, 2017). Segundo Cavalcanti *et al.* (2012, p.6),

a alimentação desempenha um papel decisivo para o crescimento e o desenvolvimento físico da criança em idade escolar, época em que ela passa por um acelerado processo de maturação biológica, juntamente com o desenvolvimento socio psicomotor. Nesse contexto, a atuação da família e da comunidade são fundamentais.

A terceira pesquisa aponta que a maioria dos estudos analisados em sua pesquisa abordam nas práticas educativas os temas: pirâmide alimentar e os grupos de alimentos, o que demonstra a sua importância na formação de hábitos alimentares saudáveis.

Outro ponto a destacar nessa pesquisa é que um dos estudos analisados pelos autores enfatizou a relação homem/ambiente, evidenciando a valorização da terra, do ser humano e do ambiente em que se vive, estimulando o consumo de produtos da agricultura familiar.

Salienta-se que o PNAE defende que a alimentação saudável deve estar relacionada à biodiversidade, aos hábitos e a cultura tradicional e que esses alimentos devem ser produzidos pela agricultura familiar, livre de contaminação química que causam as DCNT. Além de recomendar, para a alimentação escolar, a compra de alimentos de produtores locais a fim de incentivar a economia local (BRASIL, 2009).

Como já foi dito anteriormente neste trabalho, a obesidade no público infanto-juvenil vem crescendo a cada ano e é considerada como fator de risco grave e está associada ao aumento no consumo inadequado de alimentos ricos em gordura e alto teor energético (TORA *et al.*, 2009). Para Santos *et al.* (2012), o processo de escolha da alimentação saudável escolar é complexo posto que a mídia leva a criança e o adolescente a se tornarem indivíduos altamente induzidos a escolher alimentos de baixa qualidade nutricional, interferindo na qualidade de vida na fase adulta.

Quanto a essa questão, os autores da terceira pesquisa identificaram, em dois estudos, ações que os alunos aprendiam a analisar e compreender as informações nutricionais e o valor calórico nos rótulos dos alimentos, como “uma forma de minimizar a progressão de sobrepeso e obesidade, já que os rótulos assumem o papel de viabilizar a comparação entre produtos e possibilitar a escolha de alimentos mais saudáveis” (REIS; REINALDO, 2018, p. 713). Fernandes *et al.* (2009) e Vargas *et al.* (2011) apontam que práticas alimentares inadequadas elevam os índices de DCNT como obesidade infantil, devido ao consumo de alimentos industrializados, ultraprocessados e *fastfoods*. Nesse contexto, as atividades desenvolvidas na escola promovem a formação ou mudanças de práticas alimentares satisfatórias dos alunos.

Várias estratégias foram utilizadas nos estudos analisados por Reis e Reinaldo (2018), tais como: dinâmicas, jogos e brincadeiras, dramatização, realização de concursos e elaboração de jornais sobre alimentação. Estas práticas possibilitaram que os alunos “[...] fossem protagonistas dos processos educativos”, valorizando-os “como corresponsáveis pelas mudanças de comportamento e formação de novas atitudes” (REIS; REINALDO, 2018, p. 715). Os autores notaram que poucos estudos utilizaram as oficinas culinárias como práticas educativas.

A quarta pesquisa tem o objetivo de incentivar o cultivo de cogumelos na Escola Família Agrícola Puris, como ferramenta para o fortalecimento da alimentação saudável e diversificada. Foi realizada como prática educativa uma oficina, na qual no primeiro momento foram desenvolvidas atividades teóricas e no segundo atividades práticas. A parte teórica foi apresentada na forma expositiva e através de discussões, os conteúdos sobre o tema ‘reino fungi’ foram abordados de maneira transversal (CRISTINO *et al.*, 2019).

Na parte prática foram realizadas as etapas para produção de cogumelos. Durante a parte prática, houve degustação dos cogumelos comestíveis, o que “possibilitou a participação das merendeiras e toda comunidade escolar, levando à reflexão sobre a alimentação saudável e a qualidade da alimentação” (CRISTINO *et al.*, 2019, p. 61). Após a oficina, os alunos realizaram uma avaliação do aprendizado através de questionário e compartilharam suas experiências aprendidas com a oficina, estimulando o diálogo e a reflexão.

Os autores relataram que no término da oficina cada aluno levou para casa uma produção de cogumelos para que apresentassem o tema às suas famílias, promovendo assim a alimentação saudável e o incentivo da agricultura familiar. Cristino *et al.* (2019) relatam que com essa experiência observou-se

a importância de se trabalhar temas geradores ligados ao cotidiano dos educandos. A sequência didática utilizada nesta oficina permitiu o aprendizado dos educandos de forma consistente como observado com a avaliação pelo questionário, sem a imposição de uma sala de aula tradicional, em uma perspectiva freiriana (FREIRE, 1996), capaz de dialogar com diversos temas de Ciências da Natureza e Agroecologia (CRISTINO *et al.*, 2019, p. 61).

O quinto estudo trata de um relato do trabalho de extensão universitária desenvolvida junto a estudantes do Ensino Fundamental I de duas escolas, foram realizadas rodas de conversa que segundo Silva *et al.* (2020) este tipo de atividade favorece o “dinamismo na troca de informações entre locutor e ouvinte, a fim de facilitar a compreensão e estimular a curiosidade sobre os temas apresentados, abrindo espaços para questionamentos” (SILVA *et al.*, 2020, p. 114). Também foram realizadas a produção de mudas de hortaliças e a “criação de uma horta fictícia em caixinhas de ovos de papelão”.

A roda de conversa e as atividades práticas apontaram que os alunos têm conhecimento acerca da importância do consumo de hortaliças em sua alimentação, mas apenas metade dos mesmos consome diariamente em sua alimentação. No entanto, esta pesquisa constatou que a produção de mudas e criação da horta possibilitou a participação ativa dos alunos, despertaram a curiosidade e interesse dos mesmos a respeito das variadas hortaliças disponíveis para o consumo (SILVA *et al.*, 2020).

Os autores explicam que para incentivar os alunos a mudanças de hábitos a escola tem que estimulá-los com práticas educativas que incentivem o consumo de frutas e vegetais para que possam praticar mudanças de hábitos alimentares (SILVA *et al.*, 2020).

[...] educar não é apenas instruir e passar conhecimento, mas é oferecer uma experiência significativa, que prepare o indivíduo para a vida, é importante

que as práticas em EAN possibilitem aos sujeitos envolvidos no processo, a oportunidade de serem agentes de suas próprias escolhas (BRASIL, 2018, p. 23).

O sexto estudo é pautado em relacionar o ensino da fisiologia humana e a prática da atividade física à alimentação saudável, através de práticas ativas, com alunos do 3º ano do Ensino Médio. Durante os encontros utilizaram as seguintes estratégias educativas: dinâmicas, apresentação de vídeos, discussões, jogos virtuais e oficina culinária (BASTOS; ALVES, 2020).

As práticas educativas abordadas no estudo de Bastos e Alves (2020) possibilitaram identificar que tais ações sobre alimentação saudável conseguiram ir além da perspectiva biologicista, ampliando e construindo os conhecimentos dos alunos sobre alimentação saudável e desenvolvendo o seu olhar crítico para a temática. Nesse sentido, Boog (2010) afirma que a escola colabora com a formação de sujeitos que conhecem as ações dos nutrientes no corpo humano e aplicam esses conhecimentos em seus hábitos alimentares, incentivando a escolha consciente do consumo dos alimentos para a mudança nos seus hábitos alimentares.

Outros pontos que merecem destaque foram que a prática de oficina culinária despertou o interesse dos alunos em desenvolver essa habilidade a fim de melhorar a qualidade de sua alimentação e que estes se perceberam como multiplicadores na promoção da alimentação saudável para além dos muros da escola (BASTOS; ALVES, 2020).

O sétimo estudo objetivou compreender de que forma o tema alimentação saudável se apresenta na escola, para tanto, foi realizada entrevista com uma professora de educação infantil de uma escola a respeito das estratégias educativas utilizadas com os alunos e suas famílias para tratar da temática “alimentação saudável”. Pode-se identificar que a escola realizava um projeto, cujo tema era ‘Menos industrializados e mais orgânicos’, destacando sobre a importância do plantar para consumir (ALVES; CUNHA, 2020).

A professora desenvolveu atividades em sala de aula utilizando frutas *in natura* a fim de explorar os sentidos, trabalhando os diferentes tipos, cores, formas e sabores das frutas. Foi observado pela professora que muitas crianças desconheciam algumas frutas, o sabor e os seus nomes. Quanto a essa questão as pesquisadoras destacadas enfatizam que:

[...] é preciso não apenas saber sobre a importância da alimentação saudável no desenvolvimento humano, um profissional que trabalha com desenvolvimento de pessoas deve conhecer e saber trabalhar com a alimentação, principalmente na área da educação, buscando assim desenvolver ao máximo o seu aluno (ALVES; CUNHA, 2020, p.57).

Outra atividade realizada pela professora “carimbos divertidos” consisti em utilizar os vegetais como carimbo para apresentar as suas formas variadas. Quanto a ações que envolvem as famílias no processo de conscientização quanto à importância da alimentação saudável, a professora afirma que a escola em que ela atua oferece “um cardápio saudável sugestivo, além de proporcionar oficinas, cujo objetivo é construir ‘pratinhos’ saudáveis” (ALVES; CUNHA, 2020, p.58). E que essa proposta de montar seu próprio lanche saudável é realizada pelos pais juntamente com as crianças. Na entrevista, a professora ressalta que mesmo com a realização destas intervenções em parceria com a família, ela ainda tem dificuldades para que os pais reconheçam a importância desta prática educativa e colaborem no desenvolvimento do trabalho (ALVES; CUNHA, 2020). Segundo as autoras, “a participação dos pais é de grande importância para promover a alimentação saudável da criança” (2020, p.51).

Quanto a essa relação família-escola, discutida nas pesquisas um, dois e sete, Parolin (2003, p. 99) aponta que

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo. (PAROLIM, 2003, p. 99)

Os estudos cinco, seis e sete apresentam um ponto em comum quanto ao uso de intervenções educativas como a horta escolar e a oficina culinária, e no que diz respeito a essas intervenções o PNAE determina que as práticas de EAN devem utilizar o alimento e a horta escolar como recurso pedagógico (BRASIL, 2020).

Os trabalhos aqui analisados reforçam a importância do uso de atividades pedagógicas como um recurso de incentivo que pode ser inserido nas intervenções educativas, relacionando a teoria com a prática. De todo modo, os artigos selecionados possibilitaram apontar a existência de metodologias problematizadoras e participativas na condução da temática ‘alimentação saudável’, além de indicar a conscientização dos professores quanto ao seu papel para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Os autores comungam da ideia de que o papel da escola na conscientização para uma alimentação saudável não é o ditar regras quanto à alimentação, e sim, oportunizar a busca pelo conhecimento sobre o tema.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à alimentação saudável é essencial em virtude do crescimento e desenvolvimento da criança, portanto é necessária a ingestão de alimentos saudáveis. Hábitos alimentares saudáveis podem ser estabelecidos a partir de uma educação nutricional dentro da escola, sendo adotadas de forma permanente para obtenção de resultados satisfatórios, além de promover o incentivo à saúde. Essas práticas podem ser realizadas através do desenvolvimento de abordagens que permitam serem tratados os problemas alimentares de modo mais amplo e por meio de estratégias que envolvam as famílias e comunidade e que perpassa a simples transmissão de informações.

O presente trabalho teve como questão de pesquisa: de que maneira as práticas educativas executadas por professores da educação básica, entre os anos de 2017 a 2021, têm estimulado a promoção de hábitos alimentares saudáveis entre os jovens? A questão de pesquisa foi respondida visto que os artigos analisados apresentam elementos importantes para as práticas educativas sobre alimentação saudável, tais como: transversalidade, incentivo à autonomia e reconhecimento da realidade do aluno, para que tais práticas consigam formar cidadãos capazes de refletir seus comportamentos como sujeitos sociais e mudar suas atitudes para a construção de hábitos alimentares mais adequados.

Na análise dos estudos aqui abordados foi possível perceber como essa temática vem sendo trabalhada em sala de aula, como também entender aspectos relacionados às práticas pedagógicas sobre alimentação saudável. Também foi possível observar que o contexto escolar, atua como um espaço para a formação crítica e reflexiva dos indivíduos, dessa forma, há a necessidade de práticas efetivas sobre alimentação saudável, a fim de sensibilizar a sociedade para mudanças na qualidade de vida. Enfim, esse levantamento foi de grande importância para o desenvolvimento de uma reflexão acerca da importância dessa temática, posto que a escola é um espaço de formação que exerce grande interferência para a sensibilização dos alunos quanto à alimentação saudável.

Foi possível concluir que é pertinente tratar desta temática no currículo integrado por meio de intervenções educativas para promoção de hábitos alimentares saudáveis e da melhoria da qualidade de vida. Diante dos estudos aqui analisados, sugerimos a necessidade de se pensar em ações educativas em conjunto com a família, estimulando sua participação, envolvendo-a no processo educativo dos alunos, já que ela é a maior responsável pelos hábitos alimentares destes. Outra sugestão diz respeito a prática interdisciplinar, pouco discutida nos trabalhos aqui analisados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. M.; CUNHA, T. C. O. A importância da alimentação saudável para o desenvolvimento humano. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, [S.l.], v. 10, n. 27, p. 46 -62, 2020. Disponível em: https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1966/1661. Acesso em: 09 fev. 2022.
- ANZOLIN, C. *et al.* Intervenções nutricionais em escolares. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 23, n. 4, p. 297-306, 2010.
- ASSOCI AÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS-ABERC. **Anais do IV Fórum Nacional de Merenda Escolar**, São Paulo, 2008.
- AZEREDO, O. E. A.; SÁ, S. P. C.; LAVOYER, C. E. Ações em educação nutricional com crianças em creche universitária: percepção dos responsáveis e dos professores sobre o lúdico. **Rev Pesqui Cuid Fundam** (Online), v. 6, n. 4, p. 1419-1436, 2014. Disponível em: http://seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3106/pdf_734. Acesso em: 11 jan. 2022.
- BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias Ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. São Paulo: Penso, 2017.
- BARBOSA, N. V. S. *et al.* Alimentação na escola e autonomia: desafios e possibilidades. **Cien Saude Colet**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 937-945, 2014.
- BASTOS, S. H. V.; ALVES, G. S. Práticas educativas e a promoção da alimentação saudável: experiências no ensino integrado no IFPB. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. [s.l.], v. 2, n. 19, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10306>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- BATISTA, M. da S. A.; MONDINI, L.; JAIME, P. C. Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil: experiência no município de Itapevi, São Paulo, Brasil, 2014. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 569-578, 2017. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742017000300569&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 jan. 2022.
- BOFF, E. T. O. **Processo Interativo**: Uma Possibilidade de Produção de um Currículo Integrado e Constituição de um Docente Pesquisador-Autor e Ator - de seu fazer Cotidiano Escolar. 2011. Tese de doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/31787>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- BOFF, E.T.; BERNARD, A.; CARVALHO, G.S. Promoção da alimentação saudável no contexto do livro didático e do fazer docente. **Revista eletrônica de Educação**, [S.l.], v. 15, p. 1-22, jun./dez. 2021. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/4910/1193>. Acesso em: 11 jan. 2021.

BÓGUS, C. M. *et al.* dos. Promoção da saúde no âmbito escolar. *In*: DIEZ-GARCIA; CERVATO-MANCUSO (Orgs.). **Mudanças alimentares e educação nutricional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

BOOG, M. C. F. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental de zona rural. **Revista de nutrição**, [S.l.], v.23, n.6, p. 1005-1017, 2010.

BRANDÃO, L. da C.; ALVES, A. C. A.; SOARES, D. L. A.; FIALHO, C. G. de O. Mídia e alimentação saudável: relato de experiência de uma proposta para sala de aula. **Lynx**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-9, 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394/96**. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais e ética. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Fundamental, 1998a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Tema transversal saúde. Brasília: MEC - Secretaria de Educação Fundamental, 1998b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/saude.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. **Portaria Interministerial, nº 1.010, de 8 de maio de 2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1862-pse-manual&category_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Manual operacional para profissionais de saúde e educação - promoção da alimentação saudável nas escolas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1862-pse-manual&category_slug=novembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. **Direito à Alimentação Adequada**. Brasília: Ministério Público da União, 2008b.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro na Escola aos alunos da educação básica. Brasília: DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de Referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. 68 p.

BRASIL. Resolução nº. 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 07, 18 jun. 2013.

BRASIL. **Resolução nº 4 de abril de 2015**, Dispõe a alteração da redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE). Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo do Brasil. Brasília, DF, 8 abr. 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Temas contemporâneos transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. Brasília: Ministério da Educação, 2019a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. **PNLD 2020: ciências – guia de livros didáticos**. Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2019b. Disponível em: < https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2020_pnld2020- ciencias.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário oficial da União**, Brasília: DF, 08 maio, 2020.

CAVALCANTI, L. A. *et al.* Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental I, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 5-13, 2012. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/2408/2247>. Acesso em: 10 fev. 2022.

COSTA, M. de C. *et al.* Experiência lúdica de promoção de alimentação saudável no ambiente escolar: satisfação e aprendizado dos estudantes. **O mundo da saúde**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 38-50, 2016. Disponível em: http://www.unirio.br/cecane/arquivos/experiencia_ludica_promocao.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

CRISTINO, E. M. *et al.* Cultivo de cogumelos comestíveis como proposta de ensino de Ciências da Natureza e da Agroecologia na Escola Família Agrícola Puris. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, [S.l.], v.10, n.2, p.55-62, maio-ago, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/10706>. Acesso em: 09 fev. 2022.

DANELON, M. A. S.; SILVA, M. V. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 1, n. 13, p. 85-94, 2006. Disponível em: http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/alimentacao_no_ambiente_escolar.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

DORIA, N. G. *et al.* A experiência de uma horta escolar agroecológica como estratégia interativa e criativa de promoção da saúde. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 69-90, fev. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/23788>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FERNANDES, *et al.* Avaliação do efeito da educação nutricional na prevalência de sobrepeso/obesidade e no consumo alimentar de escolares do ensino fundamental. **Jornal de Pediatria**. Porto Alegre, v. 85, n. 4, ago. 2009.

FERNANDES, A. G. S.; FONSECA, A. B. C.; SILVA, A.A. Alimentação escolar como espaço para educação em saúde: percepção das merendeiras do município do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciênc Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 19, n.1, p. 39-48, 2014.

FNDE. **Resolução FNDE CD nº 032, de 10 de agosto de 2006**. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília: Conselho Deliberativo, 2006. Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3106-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-32-de-10-de-agosto-de-2006#:~:text=Estabelece%20as%20normas%20para%20a%20execu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Programa%20Nacional%20de%20Alimenta%C3%A7%C3%A3o%20Escolar.>

Acesso em: 20 nov. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**: Características Gerais da População. Resultados da Amostra. IBGE, 2003. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.shtm. Público. Acesso em: 15 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**: 2015. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

KRINGEL, A. L. *et al.* Oficina de alimentação saudável em escolas públicas: relato de dois casos. **Revista Expressa Extensão**, Pelotas, v. 21, n. 1, p. 42-53, 2016.

LIMA, L. S. A. **Impactos das Políticas de Financiamento da Educação em Rondônia no período de 2003 a 2010**: O caso de uma escola de ensino médio de Porto Velho. 2012. 175 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Núcleo de Ciências Humanas, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

LIMA, M.; TORAL, N. Análise dos conteúdos de alimentação e nutrição nos livros didáticos de Ciências do ensino fundamental da rede pública de ensino. **Demetra**: alimentos, nutrição e saúde, [S.l.], v. 15, p. 1-13, abr. 2020. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/42744/33235>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MAGALHÃES, Q. V. B.; CAVALCANTE, J. L. P. Educação alimentar e nutricional como intervenção em hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar. **Sanare**. Sobral, v. 18, n. 1, p. 59-67, 2019. Disponível em:

<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1306/687>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MEDEIROS, M. *et al.* Atlas culinário da literatura brasileira: alimentação e cultura. **Revista Ciência Plural**, Rio Grande do Norte, v. 2, n. 3, p. 72-81, 2016.

- MENDES, M. J. F. L. *et al.* Associação de fatores de risco para doenças cardiovasculares em adolescentes e seus pais. **Revista Brasileira de Saúde Materna e Infantil**, [S.l.], v. 6, p. 549-554, 2006.
- MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2022.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MIRANDA, E. D. S. A influência da relação professor-aluno para o processo ensinoaprendizagem no contexto afetividade. **8º Encontro de Iniciação Científica. 8º Mostra de Pós Graduação**. Sessão de artigos. FAFIUUV, 2008.
- MOHR, A. Ensino de Ciências e Biologia e Educação em Saúde: análise das proposições dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Educação Fundamental). *In*: JOFILI, Z.; ALMEIDA, A. (Orgs.). **Ensino de biologia, meio ambiente e cidadania: olhares que se cruzam**. Recife: Editora da UFRPE, 2009, p. 119-125.
- NOGUEIRA, W. C. L. Horta na escola: uma alternativa de melhoria na alimentação e qualidade de vida. *In*: Encontro de Extensão da UFMG, 8, 2005, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2005, 48p.
- OLIVEIRA, A. M *et al.* Metodologias ativas de ensino e aprendizagem na educação alimentar e nutricional para crianças: uma visão nacional. **RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo, v. 12, n. 73, p. 607-614, 2018.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Cuidados inovadores para condições crônicas: componentes estruturais de ação: relatório mundial**. Brasília: OMS; 2002.
- PAIVA, J. B.; FREITAS, M. C. S.; SANTOS, L. A. S. Significados da alimentação escolar segundo alunos atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p. 2507-2516, 2016.
- PAROLIN, I. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza: Educar Soluções, 2003.
- PASTORIO, E. Horta Escolar nas Escolas do Campo de São Gabriel/RS. **RELA Cult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S.l.], v. 6, maio 2020. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1675>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- REIS, W. A. dos; REINALDO, A. M. dos S. Estratégias de educação nutricional no ambiente escolar: uma revisão integrativa. **Rev.APS**, [S.l.], v. 2,1 n. 4, p. 701-720, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15522>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- ROCHA, A. S.; FACINA, V. B. Professores da rede municipal de ensino e o conhecimento sobre o papel da escola na formação dos hábitos alimentares dos escolares. **Ciência &**

Educação, Bauru [online], v. 23, n. 3, pp. 691-706, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170030010>. Acesso em: 11 jan 2022.

SANTANA, L. S. de; LUCENA, E. A. R. M. de. Nutrição e hábitos alimentares no ensino médio: conteúdos abordados nos Livros Didáticos de Biologia para a inserção da Educação Alimentar e Nutricional. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.4, p. 37852-37884, abr. 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/28116>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SANTOS, L. A. S. O fazer Educação Alimentar e Nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.457 - 462, 2012.

SANTOS, L. S. *et al.* O nutricionista no programa de alimentação escolar: avaliação de uma experiência de formação a partir de grupos focais. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 25, n. 1, p.49 – 117, 2012.

SCHMITZ, B.A.S *et al.* A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/LJCjyZQcz5nsB5ZN6zzVRc/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SILVA, A. R. L. da. Modelo Ativo do fazer pedagógico. *In*: SILVA, A. R. L. da, BIEGING, P., BUSARELLO, R. I. (org.). **Metodologia ativa na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2017. p. 6-9. Disponível em: <https://www.uniavan.edu.br/uploads/arquivo/AbqkIhrq5.pdf>. Acesso em 20 abr. 2022.

SILVA, L. S. D. *et al.* Semeando saúde: Educação ambiental e alimentar em escolas de Itaquí/RS. **Extensio. Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 108-125, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2020v17n35p108>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SIQUEIRA, R. L.; COTTA R. M. M.; RIBEIRO R. C. L.; SPERANDIO, N.; PRIORE S.E. Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciênc Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 301-10, 2014.

SIZER, F.; WHITNEY, E. Nutrição: conceitos e controvérsias. 8 ed. Barueri: Manole, 2003. p. 32-769.

SOARES, L. R. A transição da desnutrição para a obesidade. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical**, [S.l.], v.5, n.1, p.64-68, 2013 – dez./fev. 2014.

TRICHES, R. M. Promoção do Consumo Alimentar Sustentável no Contexto da Alimentação Escolar. **Trabalho educação saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.761 – 771, 2015.

VARGAS I. C. S. *et al.* Avaliação de programa de prevenção de obesidade em adolescentes de escolas públicas. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p.59-68. ago. 2011.



ATA DA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DA MONOGRAFIA
Resolução nº 197/2009/CONEPE - LICENCIATURA

A Banca Examinadora, composta por Professora Sra. Sindiany Suelen Caduda dos Santos, Prof.^a Msc Elaine Fernanda Santos e Prof.^a Dra. Yzila Liziane Farias Maia de Araujo, sob a presidência da primeira, reuniu-se às 19 horas do dia 23 de fevereiro de 2022, por vídeo conferência, utilizando a plataforma MEET. Com anuência de todos os membros da banca, bem como da discente e em concordância com a PORTARIA Nº 242 de 18 de Março de 2020 que Aprova medidas emergenciais sobre defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Relatórios de Estágios Curriculares no âmbito dos Cursos de Graduação da UFS, durante o período de pandemia da COVID-19 deu-se início a defesa. A monografia intitulada “Práticas Educativas para alimentação saudável nas escolas” foi apresentada pela discente Maria Cléa da Cunha Rosa, do Curso de Graduação em Ciências Biológicas/Licenciatura/CESAD, matrícula nº 201700018697. Dando início as atividades, a Presidente da Sessão passou a palavra para a discente proceder à apresentação da monografia. A seguir, a primeira examinadora fez comentários e arguiu a discente, que dispôs de igual período para responder ao questionário. O mesmo procedimento foi seguido com a segunda examinadora. Dando continuidade aos trabalhos, a Presidente agradeceu os comentários e sugestões dos membros da Banca. Encerrados os trabalhos, a Banca Examinadora solicitou retirada da discente e demais da sala de reuniões online, permanecendo a Banca para deliberações e atribuição da nota. Com base nos preceitos estabelecidos pela Resolução Nº. 197/2009/CONEPE, que normatiza a elaboração e avaliação das monografias do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, a Banca Examinadora decidiu aprovar a discente com média 9,0 (nove). Nada mais havendo a tratar, a Banca Examinadora elaborou essa Ata que será encaminhada para assinatura pelos seus membros e em seguida pelo discente avaliado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 23 de fevereiro de 2021.

Professora Dra.

Sindiany Suelen Caduda dos Santos

Sindiany Suelen

Caduda dos Santos
Orientadora

Elaine Fernanda dos Santos

Prof.^a Msc. Elaine Fernanda Santos
1º. Examinadora

Yzila Liziane Farias Maia de Araujo

Prof.^a Dra. Yzila Liziane Farias Maia de Araujo
2º. Examinadora

Maria Cléa da Cunha Rosa

Maria Cléa da Cunha Rosa
Discente avaliada